

PEREIRA (Luiz). — *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo. 1971.

Sob esse título, Luiz Pereira reúne dez artigos, que de acordo com sua própria apresentação podem ser agrupados em quatro partes. A primeira analisando as transformações ocorridas no sistema capitalista internacional e as consequentes na sociedade brasileira, encontradas no “Capitalismo Atual: Centro e Periferia”, “Capitalismo “Autônomo” e “Associado”: Duas fases do Brasil Contemporâneo” e “Pentagonismo, Substituto do Imperialismo? — Uma tese vista do Brasil”. A segunda parte é formada de estudos sobre pesquisas relativas ao sistema de classes brasileira composta dos seguintes artigos: “Notas para o Estudo do Sistema de Classes Regional”, “A Qualificação do Operário na Empresa Industrial”, “Mulher e Trabalho” e “Populações Marginais”. A terceira que busca uma associação entre desenvolvimento brasileiro e educação escolar em “Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro” e “Nota Crítica sobre o Pensamento Pedagógico Brasileiro”. A quarta e última parte, sob o título de “Florestan Fernandes e a Sociologia no Brasil”, ao mesmo tempo que rende homenagem ao sociólogo através da resenha de dois de seus livros, tem o objetivo de reiterar a importância da Sociologia, através de uma perspectiva histórica e também como uma ciência teórica de aplicação prática.

Apesar de, a primeira vista o livro nos parecer fragmentado dados os vários temas de que ele trata, verificar-se-á que todo ele faz parte de uma reflexão global do autor em termos de sua produção intelectual. Vemos do começo ao fim do livro uma análise consciente e globalizadora do capitalismo dentro do qual o Brasil se insere, e desta forma, através da vinculação da teoria do desenvolvimento histórico, com os estudos sociológicos que abrangem teoria e prática (estudos de verificação), os reflexos desta posição brasileira em todos os ramos de sua sociedade, como se verá nos estudos de classes sociais e de educação.

Para Luiz Pereira, o capitalismo deve ser visto como um todo composto de relações de dominação e subordinação, o que leva ao desenvolvimento ou subdesenvolvimento entre as partes que o compõe. Demonstra, por exemplo, como a planificação ocorre tanto nas áreas centrais como nas periféricas, em função das transformações do capitalismo internacional como instrumento de reprodução do capital e atendimento das classes dirigentes. Ao se atingir esta fase, para o autor estaria completada as fases de desenvolvimento do capitalismo por etapas; do Mercantilismo ao Concorrencial ou Liberal, para a fase de planificação correspondente ao Capitalismo Monopolista ou Neocapitalista.

A ênfase central de toda a obra está no fato de que a consolidação desta etapa do Capitalismo monopolista nos sistemas periféricos é que os leva a conjugarem seu desenvolvimento ao externo, ou em suas próprias palavras, conduzindo-os “ao desenvolvimento econômico associado ou satelizado desses subsis-

temas periféricos ao dos subsistemas centrais”. A conclusão da análise é que este fato conduz à perda da autonomia da Nação-Estado em formação já que é o próprio Estado periférico o condutor deste processo. Enquanto, por outro lado, o capitalismo monopolista acaba fundindo os subsistemas centrais a um super-centro hegemônico atualmente representado pelos Estados Unidos.

É deste ponto de vista que ele analisa o caso brasileiro, de acordo com o que ele considera seus dois grandes momentos. O primeiro com a Revolução de 1930, que teria tentado um tipo de desenvolvimento autônomo voltado para dentro. Demonstra depois como isso não foi possível dadas as próprias relações internas estabelecidas a partir do fato de sua condição de país periférico e daí o segundo momento com a contra revolução de 1964, com a resolução do impasse, quando os grupos em jogo optam pelo “ultrapassamento dos obstáculos internos e externos a esse processo porem numa inequívoca orientação conducente à constituição de um “sócio menor” e economicamente próspero, dos subsistemas dominantes do sistema capitalista internacional”. Para o autor, o estado atual do Brasil pode ser descrito como um contraste entre relativo sufocamento ou retardamento do país em vista de sua própria situação e do outro a vitalização das necessidades de consumo espalhadas pela população brasileira de uma forma geral, dada a dominação dos núcleos urbanizados sobre os rurais.

Dentro do mesmo esquema explicativo, Luiz Pereira critica a análise feita por Juan Bosch sobre “pentagonismo” em substituição do imperialismo, reiterando sua posição de que houve um desvirtuamento do modelo da democracia liberal quando os militares assumiram funções políticas dada a conjuntura mundial de competição após a socialização de parte do mundo e dada a ameaça de socialização do mundo subdesenvolvido. O problema seria então o de manutenção de áreas de dominação política e econômica objetivando a reprodução do capital e a manutenção das relações de centro e periferia do capitalismo internacional. Sua análise deste item, vista do ponto de vista do Brasil, exemplifica a ação política e intervencionista do desenvolvimento associado. Demonstra como e porque não foi possível a concretização da chamada “política externa independente” do governo João Goulart, e como a opção do “desenvolvimento associado” após 1964 levou o país a atitudes como o envio de tropas à República Dominicana e à aceitação da proposta de formação da Fôrça Interamericana da Paz.

Esse esquema explicativo global, desce ao particular da nossa sociedade ao analisar as classes sociais no Brasil. Vemos reiterada sua posição quando estuda classes sociais regionais como resultantes do desenvolvimento fracionado do Brasil, o que leva à formação de áreas internas de dominação (centro) e de subordinação (periferia), à exemplo do sistema capitalista internacional, formando sistemas de classes regionais diferentes que sofrem tanto reflexos positivos quanto negativos dos impulsos das áreas centrais. Ou em outras palavras, este sistema global para o autor, forma um elo nacional de dependência onde a

região mais atrasada é receptora de estímulos ou desestímulos e portanto torna-se dependente. Do que decorre o fato de que dado o tipo específico da formação social brasileira, as classes hegemônicas regionais se integram mais ao sistema global do que as classes inferiores, o que não impede a formação de classes sociais regionais, dado o desnivelamento encontrado por região. À tudo isto, Luiz Pereira vincula o fato de que tanto a noção de região como a situação empírica de classe referem-se à formação capitalista “periférica” brasileira, que levou ao desenvolvimento desigual de suas partes.

Esmiuçando mais a problemática social brasileira, sua análise abrangente e sua pesquisa operacional ficam evidentes no estudos sobre qualificação dos operários, os problemas das populações marginais e a posição da mulher frente ao trabalho. No estudo, o problema da qualificação operária liga-se às novas necessidades da sociedade urbana-industrial capitalista em formação no Brasil, e que se liga indissolavelmente à problemas como êxodo rural, urbanização e formação das populações marginais. Isto, quando o autor demonstra que a maior parte destas populações chamadas marginais, por não poderem ser utilizadas adequadamente no sistema produtivo, ficam à margem do sistema. O fato ocorre na medida em que as novas condições da industrialização demandam mão-de-obra qualificada e não as encontra porque estas populações estão abaixo do limite destas necessidades e assim “se ligam instavelmente no sistema econômico capitalista “periférico” competindo entre si para atingirem tal limite porque esse sistema prescinde de boa parte desse contingente populacional, embora não de todo”. Por outro lado, quanto à posição da mulher, sua análise nos permite perceber que sua ascensão gradativa em níveis profissionais, resulta mais uma vez da transformação da sociedade brasileira que levaria a um estágio superior representado por uma menor diferenciação do trabalho tendo como referência o sexo, situação que se verifica em sociedades desenvolvidas.

Luiz Pereira retoma sua tese central de desenvolvimento central e periférico no interior da sociedade brasileira quanto ao desenvolvimento nacional, ao estudar o problema educacional, referente ao ensino primário e ao sistema pedagógico de uma forma geral. Na primeira parte demonstra que o ensino primário se revela como um problema social na medida que ele funciona basicamente como um agente urbanizador. Sua análise teórica e operacional feita para o Estado de São Paulo vai se comprovar verdadeira também, para o Brasil. Ele descobre a relação entre os métodos utilizados no ensino e os componentes psico-sociais do corpo docente, ou seja, sua função homogenizadora como agentes de urbanização em confronto com a realidade rural do corpo discente e das comunidades rurais onde este ensino é aplicado que leva à resistência ao estudo caracterizado pelas repetências e pela evasão escolar. Haveria então um choque de forças urbanas com as condições não-urbanas das comunidades rurais ou semi-rurais onde este ensino é aplicado. Diz o autor que esta, entretanto, é uma tendência geral do desenvolvimento da comunidade brasileira, no sentido

de torna-la um só padrão, o da urbanização em todos os setores da vida nacional. Mais uma vez vemos então os reflexos entre os núcleos centrais e periféricos da sociedade brasileira e para ele a solução do impasse seria uma reestruturação do sistema escolar urbano a par com uma modificação das forças que regem grandes setores da nossa população na zona rural. Aliás este debate é por ele reiterado quando discute o pensamento pedagógico brasileiro. A ligação que é feita entre o sistema pedagógico e esta deficiência não só do ensino primário, mas do ensino em geral, é que para os educadores, condutores do processo; o lema geral seria “educação para o desenvolvimento”. É aí que ele revela a posição e a importância dos sociólogos ao salientarem a necessidade de mudança das estruturas extra-escolares e extra-pedagógicas que levariam a uma nova estruturação das relações dinâmicas entre sociedade e escola. Em outras palavras, para ele o sociólogo, em sua atividade teórica e prática, apontaria onde deveria haver interferência na realidade que levaria a uma mudança estrutural e daí a melhoria no ensino, e não o raciocínio contrário. A solução para ele seria a interação entre educadores e sociólogos na resolução do problema.

Fica para nós do livro uma série de conclusões sobre o pensamento e a obra intelectual de Luiz Pereira. Primeiro, que estes estudos que o compõe fazem parte de uma obra maior e de uma preocupação sempre presentes no autor, representadas por uma série de outros livros muito conhecidos como *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e Desenvolvimento, Trabalho e Desenvolvimento no Brasil* e vários outros (*). Segundo, que a reflexão do autor é global, partindo do sistema capitalista internacional nos seus centros de decisão e impulsos para os que ele chama de periféricos analisando aqui seus reflexos, ou seja, as determinantes externas e a consequente formação interna, no nosso caso, da sociedade brasileira, que ele analisa sob o conceito de “capitalismo associado”. Terceiro, sua preocupação de reconstrução histórica e da verificação empírica para tornar a sociologia uma ciência concreta e atuante. Quarto, junto com sua teoria globalizadora, dá-se o surgimento de um elemento muito importante de sua análise, que é a dos “homens comuns”, que para ele em todos os momentos da vida nacional, são os condutores do processo histórico. Quinto, seu esforço em fazer uma sociologia brasileira ao analisar os principais problemas que afetam nossa sociedade e ao se colocar numa posição atuante e dinâmica ao propor soluções, como conclusão das análises teóricas.

(*) — Pereira (Luiz), *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1970; *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1969; *Trabalho e Desenvolvimento*. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1965.

CÉLIA C. BELEM

* * *